

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*Trabalho elaborado para fins de divulgação das
Demonstrações Contábeis dos exercícios findos
em 31/12/2023 e 31/12/2022.*

APARECIDA DE GOIÂNIA

2024

ÍNDICE

Balanço Patrimonial	02
Demonstração do resultado	03
Demonstração do resultado abrangente	04
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	05
Demonstrações dos fluxos de caixa	06
Notas explicativas às demonstrações contábeis	07

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ - 24.809.030/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.
(Valores expressos em Mil Reais)

A T I V O	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		P A S S I V O	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	13	1	144	150	Fornecedores	19	120	127	979	1.199
Contas a Receber	8	—	—	3.963	6.384	Adiantamento de Clientes		—	—	14	14
Direitos a Receber	9	—	—	49.930	50.124	Empréstimos e Financiamentos	20	—	—	7.250	—
Adiant. a Funcionários/Fornecedores		592	572	1.500	1.125	Salários e Encargos Sociais		103	8	2.869	1.917
Estoques	10	—	—	11.589	11.611	Obrigações Tributárias		47	—	16.458	9.053
Impostos a Recuperar	11	6	6	17.842	17.842	Parcelamentos Fiscais	21	—	—	1.417	2.773
Provisão de Direitos com Obras	14	—	—	19.592	19.592	Outras Obrigações	22	—	—	3.063	6.797
Outros Créditos		—	—	83	—						
Total Circulante		612	579	104.643	106.828	Total Circulante		270	135	32.049	21.752
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber	8	—	—	55.711	44.225	Empréstimos e Financiamentos	20	—	—	15.186	—
Adiantamento p/futuro aum. de capital		5.557	8.350	—	—	Parcelamentos Fiscais	21	—	—	1.517	1.456
Imposto a recuperar	11	747	747	850	850	Impostos Diferidos	23	—	—	20.792	18.394
Depósitos Judiciais	13	17	17	1.703	1.374	Transações com partes relacionadas		—	—	9.732	15.211
Transações com partes relacionadas	17	11.114	11.114	12.467	12.167	Contingências Fiscais / Trabalhistas	24	—	—	13.696	13.696
Provisão de Direitos com Obras	14	—	—	89.664	89.664	Obrigações Tributárias		—	—	1.628	1.628
Créditos Judiciais	12	—	—	7.038	7.038	Outras Obrigações	22	—	—	2	1.386
Créditos C/Acionistas		19.501	19.501	19.501	19.501	Passivo em negociação	25	—	—	18.692	46.308
Mtuos com Pessoa Jurídica		—	—	22.405	16.643	Fornecedores		—	—	17.499	17.499
Coligadas e Controladas		—	—	51	76	Empréstimos/Financiamentos		—	—	—	27.616
						Obrigações Fiscais		—	—	1.192	1.192
		36.935	39.729	209.390	191.537						
Invest. em Partic. Societárias	17	207.875	184.600	4.581	4.788	Total Não Circulante				81.244	98.077
Imobilizado	18	5	9	39.835	41.459						
Intangível		—	—	1	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.1	240.121	240.121	240.121	240.121
		207.880	184.609	44.416	46.247	Capital Integralizado		15.008	15.008	15.008	15.008
Total Não Circulante		244.815	224.338	253.807	237.784	Reserva de Capital	26.2	19.870	19.870	19.870	19.870
						Prejuízos Acumulados		(47.500)	(183.665)	(47.500)	(183.665)
						Ajuste de Avaliação Patrimonial	26.3	17.657	17.657	17.657	17.657
						Reserva de Lucros Indisponível	26.4	—	115.791	—	115.791
						Total do Patrimônio Líquido Controlada		245.156	224.782	245.156	224.782
						Participações Minoritárias		—	—	4.749	—
						Total do Patrimônio Líquido		245.156	224.782	249.905	224.782
TOTAL DO ATIVO		245.427	224.917	358.450	344.611	TOTAL DO PASSIVO		245.427	224.917	358.450	344.611

Annibal Crosara Junior
Diretor Presidente
CPF/MF 585.567.451-75

Luis Gustavo Alves Martins
CPF/MF 448.050.631-49
Contador CRC-GO 012.366/O-12

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ - 24.809.030/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

(Valores expressos em Mil Reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2023	2022	2023	2022
Receita Operacional Líquida	27	—	—	50.658	164.923
Custo Operacional	28	—	—	(5.190)	(14.631)
Lucro Bruto		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>45.468</u>	<u>150.292</u>
Despesas Operacionais					
Administrativas/Comerciais	29	(2.868)	(2.812)	(14.143)	(23.586)
Despesas Obras Paralisadas		—	—	—	—
Tributárias		(10)	(1)	(1.982)	(1.893)
Depreciações/Amortização		(6)	(11)	(1.565)	(1.957)
Resultado de Equivalência Patrimonial		23.275	34.488	—	—
Baixa de Ativos		—	—	—	(54.443)
Recuperação de Crédito Tributário		—	—	5.824	8.378
Outras Receitas e Despesas		—	—	1.806	(1.375)
Contingências Trabalhistas		—	—	—	(13.627)
Resultado Operacional		<u>20.391</u>	<u>31.664</u>	<u>35.408</u>	<u>61.789</u>
Resultado Financeiro	30	(16)	47	(10.375)	(22.599)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		20.374	31.710	25.033	39.190
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		—	—	(5.040)	(6.698)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		<u>20.374</u>	<u>31.710</u>	<u>19.993</u>	<u>32.492</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido Controladores		—	—	516	793
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>20.374</u></u>	<u><u>31.710</u></u>	<u><u>20.509</u></u>	<u><u>33.285</u></u>

Annibal Crosara Junior
Diretor Presidente
CPF/MF 585.567.451-72

Luis Gustavo Alves Martins
CPF/MF 448.050.631-49
Contador CRC-GO 012.366/O-9

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ - 24.809.030/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Mil Reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL CONTROLADORES	PARTICIPAÇÕES MINORITARIAS	TOTAL
SALDO EM 31.12.2021	240.121	15.008	19.870	—	(103.787)	17.658	188.868	3.425	192.293
LUCRO DO EXERCÍCIO	—	—	—	—	35.914	—	35.914	—	35.914
RESERVA DE LUCROS NÃO DISPONÍVEL	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PARTICIPAÇÕES MINORITARIAS	—	—	—	—	—	—	—	(3.425)	(3.425)
SALDO EM 31.12.2022	240.121	15.008	19.870	—	(67.873)	17.658	224.781	—	224.782
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	—	—	—	—	20.374	—	20.374	—	20.374
PARTICIPAÇÕES MINORITARIAS	—	—	—	—	—	—	—	4.749	4.749
SALDO EM 31.12.2023	240.121	15.008	19.870	—	(47.499)	17.658	245.155	4.749	249.905

Annibal Crosara Junior
Diretor Presidente
CPF/MF 585.567.451-72

Luis Gustavo Alves Martins
CPF/MF 448.050.631-49
Contador CRC-GO 012.366/O-9

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ - 24.809.030/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

(Valores expressos em Mil Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	20.374	31.710	20.374	31.710
Resultado Equivalência Patrimonial	(23.275)	(34.488)	—	—
Depreciação e Amortização	6	11	1.565	1.957
Tributo Fiscal Diferido	—	—	—	—
	(2.895)	10.012	21.939	33.667
Contas a Receber	—	—	(9.064)	(7.135)
Titulos/Direitos a Receber	—	—	195	(49.903)
Adiantamento a Funcionários / Fomecedores	(20)	(146)	(376)	(332)
Estoques	—	—	22	1.310
Impostos a Recuperar	—	(73)	(0)	(17.915)
Ativo Fiscal Diferido	—	—	—	12.774
Crédito com Obras Consorciadas	—	—	—	204
Crédito com Acionistas	—	—	—	3.008
Outros Direitos	—	—	(83)	114
Depósitos Judiciais	—	—	(330)	(979)
Coligadas e Controladas	—	—	24	(76)
Transações com partes relacionadas	—	—	(6.063)	26.898
Créditos Judiciais	—	—	—	13.594
Provisão Direito com Obras	—	—	—	27.365
Crédito fiscal Controladora	—	—	—	12.607
	(20)	(219)	(15.675)	21.536
Fomecedores	(7)	9	(220)	324
Adiantamento de Clientes	—	—	—	—
Salários e Encargos Sociais	95	(75)	952	726
Obrigações Tributárias	47	(47)	7.405	1.448
Parcelamentos Fiscais	—	—	(1.294)	(53.433)
Transações com partes relacionadas	—	—	(5.479)	6.537
Obrigações c/Obras Consorciadas	—	—	—	(145)
Outras Obrigações	—	—	(5.118)	6.305
Impostos Diferidos	—	12.774	2.398	1.851
Contingências Fiscais / Trabalhistas	—	—	—	13.628
Coligas e Controladas	—	—	—	—
Parcelamentos RFB	—	—	—	—
Passivos em negociação	—	—	(27.616)	(11.630)
	135	12.662	(28.971)	(34.389)
Caixa Líquido Consumido na Atividade Operacional	(2.780)	9.676	(22.707)	20.814
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Imobilizado	(2)	(4)	59	52
Investimentos	—	—	207	5.064
Adiant. Fut. Aumento de Capital	2.794	(13.936)	—	(3.008)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	—	—	—	4.203
Reserva de Lucros	(0)	4.204	—	—
Caixa Líquido Consumido na Atividade de Investimentos	2.792	(9.736)	267	6.312
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamento	—	—	22.436	(24.878)
Participações Minoritárias	—	—	—	(3.425)
Caixa Líquido Consumido na Atividade de Financiamento	—	—	22.436	(28.303)
Aumento Líquido das Disponibilidades	13	(60)	(5)	(1.177)
Saldo Inicial Disponibilidades	1	61	150	1.326
Saldo final de Caixa e Equivalente	13	1	144	150

Annibal Crosara Junior
Diretor Presidente
CPF/MF 585.567.451-72

Luis Gustavo Alves Martins
CPF/MF 448.050.631-49
Contador CRC-GO 012.366/0-9



AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AMC Construções e Participações S.A.** (a seguir designada “Companhia, ou “AMC”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços de construção civil e edificações, a participação no capital de outras empresas, do mesmo ramo ou não, de qualquer natureza jurídica, em qualquer ponto do território nacional ou exterior, a prestação de serviços administrativos e financeiros à empresas coligadas ou controladas, empresas comerciais, industriais, de prestação de serviços ou agropastoris, serviços de assessoria, consultoria, organização e administração de empresas, elaboração de projetos, pesquisas e informações comerciais.

Companhia controlada:

EMSA – Empresa Sul Americana de Montagens S.A. - é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social da Companhia compreende a exploração de serviços de construção civil, montagens elétricas, mecânicas, eletromecânicas, caldeiraria, terraplenagem, pavimentação, saneamento básico, montagens industriais, importação e exportação de serviços de engenharia e bens correlatos ao seu objetivo social. A Companhia atua também no gerenciamento, administração e execução de contratos de operação e concessão de obras e serviços públicos, inclusive os relativos à prestação de serviços de distribuição de água e saneamento básico, além de promover incorporações imobiliárias, próprias ou de terceiros, compra, venda, construção, locação, administração de imóveis em geral e participação acionária em outras sociedades.

Companhias controladas indiretamente:

ACJ Construções e Incorporações S.A. - é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a compra, venda, construção, incorporação, locação e administração de imóveis, bem como a exploração de construção civil, montagens industriais e eletromecânicas, pavimentação, terraplenagem, saneamento básico e atividades afins, bem como gerenciamento, administração e execução de contratos de operação e concessão de obras e serviços públicos, e ainda participação societária em outras empresas.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos Técnicos de Contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais, requer, ainda, que a Administração do Grupo julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis e os seus efeitos são apresentados na Nota Explicativa nº 4.

Todos os valores são apresentados em milhares de reais, exceto de outro modo indicado.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração da Companhia em 31 de março de 2024.

2.1. Base de preparação

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Demonstrações contábeis individuais

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Até 31 de dezembro de 2017, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da AMC – Construções e Participações S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS apenas pela avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da AMC – Construções e Participações S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.3.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas em 2018

a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2017

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2017 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2017 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017.

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Entidade no futuro.

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2017 e/ou após.

As normas IFRS emitidas que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2018. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”. Em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15, que estabelece princípios de divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Entidade (2), uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

03. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização e com risco irrelevante de variação de valor de mercado.

3.2. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia e suas controladas como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Contas a receber de clientes e provisão para critérios de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 08.

3.4. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

3.5. Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável.

3.6. Impostos a recuperar

Basicamente compostos por créditos tributários decorrentes substancialmente de antecipações de tributos, atualizados monetariamente pelos índices oficiais, reduzidos de provisão para realização, quando necessário. A classificação no circulante e no não circulante reflete a expectativa de realização da Administração segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.

3.7. Arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros ou arrendamentos operacionais no momento de sua contratação. Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

3.8. Licenças de Software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas. Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para os CPCs, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16. Inclui ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil-estimada de cada bem.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.10. Impairment

De acordo com o CPC 01 - Redução do valor recuperável dos ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação. São revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Todos os itens do ativo imobilizado que apresentaram sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

3.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios da Companhia e suas controladas, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

3.12. Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.13. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

3.14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e suas controladas.

3.15. Tributos sobre a renda

A provisão para tributos sobre a renda da AMC Construções e Participações S.A. está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Companhia com base nas alíquotas vigentes de Lucro Real ou Lucro Presumido, conforme quadro abaixo, a saber:

EMPRESA	FORMA TRIBUTAÇÃO
AMC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.	Lucro Real
EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.	Lucro Presumido
ACJ CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.	Lucro Presumido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e suas controladas são calculados da seguinte forma:

I) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil,

II) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e contribuição social das controladas são calculados e registrados com base no resultado tributável e considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido e real.

3.16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas, para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.17. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

3.18. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.19. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

04. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS ESSENCIAIS

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

4.1. Estimativas e premissas

a) Vidas úteis dos ativos imobilizados

Os ativos imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração do resultado, em períodos específicos.

b) Processos legais

De acordo com os CPCs, a Companhia e suas controladas reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração da Companhia realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Companhia e suas controladas revisam as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão: a natureza do litígio, a reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia e de suas controladas sobre a forma como ela vai responder ao litígio, à reivindicação ou à autuação.

c) Reconhecimento das receitas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e prestação de serviços, em particular, se a Companhia e suas controladas haviam transferido ao contratante os principais riscos e benefícios da propriedade. As receitas são reconhecidas também quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos,

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

05. BASE DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas acima.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ ou passivo mantidos entre as Companhias consolidadas; e (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas.

Controladas	2022	2021
EMSA – Empresa Sul Americana de Montagens S.A.	97,77%	97,77%
Controladas Indiretamente		
ACJ Construções e Incorporações S.A.	99,99%	99,99%
Eagle Jet Taxi Aéreo Ltda.	99,99%	99,99%
Companhia de Saneamento das Américas S/A	4,93%	4,93%

06. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GESTÃO DE RISCO

A Companhia e suas controladas estão expostas, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco em que suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem das controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação de suas controladas.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura de suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Derivativos

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

07. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de caixa	13	1	134	121
Bancos conta movimento	--	--	--	2
Aplicações Financeiras (a)	--	--	10	25
Numerários em Trânsito	--	--	--	2
	13	1	144	150

a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

08. CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a Receber (a)	--	--	60.129	56.888
Provisão p/Créd. de Liquid. Duvidosa (d)	--	--	(415)	(6.239)
Retenção de Clientes	--	--	(40)	(40)
Ativo Circulante	--	--	3.963	6.384
Ativo Não Circulante	--	--	55.711	44.225
Totais	--	--	59.674	50.610

a) Os saldos de clientes a receber referem-se a serviços executados e faturados, registrados a valores históricos. Os valores consignados como contas a receber, são considerados pela administração como conservadores quanto à expectativa de recebimento.

b) Estão representados por serviços executados e ainda não faturados até o encerramento do exercício corrente.

c) A Companhia registra a provisão para créditos de realização duvidosa para os títulos vencidos há mais de 360 dias.

09. TÍTULOS/DIREITOS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
INCRA-TO	--	--	136.621	136.621
Desconto Concedido	--	--	(45.486)	(45.486)
Atualização	--	--	1.071	1.071
Compen. Quita PGFN Prev. e D.	--	--	--	--
Débitos	--	--	(29.857)	(29.857)
Compensação Passivo Trib. Coligadas	--	--	(12.515)	(12.450)
Sub Total	--	--	49.834	49.899
Direitos a Receber	--	--	96	225
Totais	--	--	49.930	50.124

A Sociedade reconheceu em seu Ativo, Direitos processuais de reajustamentos, atualizações monetárias, juros de mora sobre pagamentos de faturas em atraso, que estão iniciando uma formalização administrativa, através da comprovação do protocolo da petição perante o processo judicial nº 0028874-20.1997.4.01.3400 do

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

precatório.

Foi promovido pela EMSA em desfavor do INCRA, em 15 de outubro de 1997, Cobrança visando o recebimento da quantia de R\$ 13.271.308,53 (treze milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e oito reais e cinquenta e três centavos), decorrentes de faturas emitidas pela EMSA e não pagas pelo INCRA, no âmbito do Contrato Administrativo nº DF/160.003/91.

Após devidamente citado, o INCRA apresentou sua Contestação, sendo posteriormente proferida sentença em 16/12/2009, que julgou parcialmente procedente os pedidos da ação da EMSA para condenar o INCRA ao pagamento de 80% (oitenta por cento) da quantia de CR\$ 159.219.567,87 (cento e cinquenta e nove milhões, duzentos e dezenove mil e quinhentos e sessenta e sete cruzeiros reais e oitenta e sete centavos), que deveriam ser corrigidos monetariamente desde 30/07/1996, bem como acrescidos de juros de mora 0,5% ao mês até a edição do Código Civil de 2002 e após 1% ao mês.

Após a formalização da referida transação entre a EMSA e a PGFN (ID nº 236520056), foi disponibilizado pela UNIÃO, por meio da Portaria PGFN nº 8798, de 04 de outubro de 2022, o programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrição da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (QUITA-PGFN), ao qual a EMSA pretende aderir, extinguindo-se seus débitos incluídos no Termo de Transação Individual – conforme permite o regulamento. Ocorre que, a título de esclarecimento, o prazo de adesão do referido Programa da Administração Pública Federal se perfaz até o dia 30 de dezembro de 2022, pretende a EMSA compensar seus débitos inscritos em dívida ativa por meio de parte dos créditos ao qual o INCRA foi condenado nesses autos – com decisão já configurada em 2ª Instância da Justiça Federal – e com possibilidade remota de ser reformado o referido Acórdão em instância superior ante ao descritivo da Súmula 7 do STJ (considerando que todo o debate inserido nos autos se permeia em circunstâncias fáticas e técnicas do Contrato Administrativo nº DF/160.003/91).

Por conseguinte, como resta devidamente demonstrado neste feito que o valor atualizado do débito que o INCRA (UNIÃO) possui em relação a EMSA é de R\$ 157.056.850,60 (cento e cinquenta e sete milhões, cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e sessenta centavos), inclusos os honorários advocatícios de sucumbência, e como a EMSA pretende aderir ao QUITA-PGFN (devendo ser formalizado até o dia 30/12/2022), e ainda, como esta própria Ação de Cobrança se perfaz como a Garantia do Termo de Transação Individual, a empresa ora petionária vem por meio deste expediente propor uma Composição de Conflito entre as Partes (EMSA e INCRA) – Acordo Terminativo, nos moldes legais permissivos na legislação pátria, em específico contido no artigo 3º da Lei nº 14.057/2020, ante as seguintes circunstâncias:

Reconhecimento do valor da dívida que o INCRA possui para com a EMSA.

Desconto do valor do crédito – em limite máximo - que a EMSA possui em desfavor do INCRA no importe de 40% (quarenta por cento) – conforme artigo 2º, §3º, da Lei 14.057/2020.

Compensação de parte do remanescente (60%) do valor do crédito reconhecido em favor da EMSA para amortização de todos os pagamentos inseridos no Termo de Transação Individual firmado em 14/07/2021 entre a EMSA e a PGFN – extinguindo-se todos os débitos previdenciários e não previdenciários constantes naquele instrumento, através do programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrição da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (QUITA-PGFN).

Após a compensação e quitação de todos os valores do Termo de Transação Individual (via QUITA-PGFN), o pagamento do saldo do crédito que restar em favor da EMSA.

10. ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais para Obras (a)	--	--	1.858	1.869
Lotes para Venda (b)	--	--	9.730	9.742
Totais	--	--	11.589	11.611

a) São compostos de materiais aplicados nas obras de construção civil pela Controlada EMSA.

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

b) Com a criação da Lei Complementar, nº 376, de 28 de Junho de 2017, criando o Programa Especial de Urbanização de Palmas (PEU), com instrumento de planejamento da política urbanística do município de Palmas, a Controlada EMSA, através dos senhores acionistas, aprovaram por unanimidade, a proposta da Diretoria de disponibilizar todos seus imóveis, até então, classificados em "PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO", para venda e/ou realização de projetos e parcerias, visando ampliar sua atividade operacional e melhorar sua estrutura de capital, para isso, os imóveis foram relocados em "ESTOQUE", a seu valor de custo, com a baixa do AVJ – Ajuste a Valor Justo, conforme relação abaixo, a saber:

Qtd.	Descrição	Área	Setor	Cidade	Uf	Valor Centavos Omitidos
1	LOTES 3 QD-15	1.629 m2	LOT. RECANTO DOS EMBOABAS	AP. DE GOIÂNIA	GO	1
12	LOTES	9.974 m2	LOT. PARQUE REAL DE GOIÂNIA	GOIÂNIA	GO	1
1	ÁREA AV. T-5, T-3 e RUA T-56	5.635 m2	SETOR BUENO	GOIÂNIA	GO	14.894
1	LOTE 02 QD. 101 S	1.800 m2	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1
1	LOTE 07 QD. 102 S	6.000 m2	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1.560
1	LOTE 06 QD. 102 S	6.000 m2	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1.560
1	LOTE 03 QD. 102 S	6.700 m2	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1
1	LOTE 11 QD. 102 S	2.711 m2	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	225.000
1	LOTE 10 QD.202 S	1.800 m2	(ACSUSE 20) CONJUNTO 1	PALMAS	TO	1
1	LOTE 14 QD.202 S	1.800 m2	(ACSUSE 20) CONJUNTO 1	PALMAS	TO	1
1	LOTE 12 QD. 102 S	2.714 m2	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	225.000
1	LOTE 1 RIO PERDIDA GLEBA 11	822.90 ha	FAZENDA LIZARDA	LIZARDA	TO	1
1	LOTE 5 RIO PERDIDA GLEBA 11	847.88 ha	FAZENDA LIZARDA	LIZARDA	TO	1
5	LOTE 18/21 e 24/25 RIO PERDIDA	5.150 ha	FAZENDA RIO PERDIDO	LIZARDA	TO	1
1	GLEBA DE TERRA	27.14 ha	FAZ. SÃO JOÃO OU ARAPONGA	CAMPOS VERDES	GO	73.896
1	ÁREAS DE TERRAS	1.251 ha	FAZENDA RIO NEGRO	PEDRO AFONSO	TO	1
2	LOTES 18 E 19 QD 33	4.328 m2	AV. RECIFE	RECIFE	PE	1
1	LOTE 09 ACSUSO 10 CONJ 1		(ACSUSO 10) CONJUNTO 1	PALMAS	TO	200.000
1	OUTROS IMOVEIS		FAZENDA VARGEM BONITA	GOIÂNIA	GO	1
TOTAIS						741.922

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
INSS a Recuperar	6	6	17.842	17.842
IRPJ a Recuperar	747	747	747	747
Outros impostos ACJ	--	--	102	102
Ativo Circulante	6	6	17.842	17.842
Ativo Não Circulante (a)	747	747	850	850
Totais	753	753	18.692	18.692

- a) O valor R\$ 747.427.34 de IRPJ a compensar da Controladora, refere-se ao processo para a suspensão da cobrança de débitos de IRPJ sobre o Lucro Inflacionário, conforme número de processo 1009252-34.2017.4.01.3400, incluídos no Refis da Lei 11.941/2009, pagos indevidamente.

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

- b) INSS a Recuperar da controlada é oriundo de Processo transitado e julgado nº 0058512.35.2010, a decisão reconhece a inexigibilidade da Contribuição Patronal e terceiros sob as verbas indenizatórias. A controlada irá decidir quanto a forma de aproveitamento.

12. CRÉDITOS JUDICIAIS

A Controlada reconhece seus créditos judiciais da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CAESB (Precatório) (a)	--	--	855	855
ICMS recuperar (SEFAZ-TO) (b)	--	--	6.183	6.183
INSS Recuperar (c)	--	--	-	-
Totais	--	--	7.038	7.038

a) Precatório nº 0708730-26.2019.8.07.000 de classe Judicial, tendo como devedor, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB criado em conformidade com o Decreto nº31.398 de 09/03/2010, sendo necessário a liquidação da obrigação em ordem cronológica.

b) Processo nº 5000646-83.2005.8.27.2729, restituição de Indébito Tributário referente a ICMS. O processo já teve decisão favorável a Controlada e já foi feito o pedido de liquidação da sentença para devolução dos valores pelo Estado do Tocantins.

c) Processo transitado e julgado nº 0058512.35.2010, a decisão reconhece a inexigibilidade da Contribuição Patronal e terceiros. A Sociedade está apta a deixar de recolher a Contribuição Previdenciária sob as verbas indenizatórias. A Empresa irá decidir quanto a forma de aproveitamento.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações Trabalhistas	17	17	399	1.374
Garantias Judiciais	--	--	1.304	--
Totais	17	17	1.703	1.374

Referem-se basicamente a depósitos judiciais realizados para garantir as discussões judiciais existentes.

14. PROVISÃO DIREITO COM OBRAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
INCRA-TO	-	-	-	-
SANEAGO	-	-	7.172	7.172
GOINFRA	-	-	1.430	1.430
GOINFRA	-	-	4.405	4.405
GOINFRA	-	-	47	47
GOINFRA	-	-	15	15
GOINFRA	-	-	36	36
GOINFRA	-	-	216	216
SECID/PE	-	-	49.907	49.907
SINFRA/MT	-	-	1.790	1.790
SINFRA/MT	-	-	912	912
SINFRA/MT	-	-	287	287
P.M.GOIÂNIA	-	-	4.785	4.785

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

DNIT	-	-	894	894
DNIT	-	-	3.933	3.933
DNIT	-	-	1.405	1.405
MDR-CE	-	-	19.592	19.592
SANEAGO-GO	-	-	12.429	12.429
Ativo Circulante	-	-	19.592	19.592
Ativo Não Circulante	-	-	89.664	89.664
Total	-	-	109.256	109.256

A Controlada reconheceu em seu Ativo, Direitos processuais de reajustamentos, atualizações monetárias, juros de mora sobre pagamentos de faturas em atraso, que estão iniciando uma formalização administrativa, através da comprovação do protocolo da petição perante o processo judicial nº 0028874-20.1997.4.01.3400 do precatório.

Foi promovido pela EMSA em desfavor do INCRA, em 15 de outubro de 1997, uma de Cobrança visando o recebimento da quantia de R\$ 13.271.308,53 (treze milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e oito reais e cinquenta e três centavos), decorrentes de faturas emitidas pela EMSA e não pagas pelo INCRA, no âmbito do Contrato Administrativo nº DF/160.003/91.

Após devidamente citado, o INCRA apresentou sua Contestação, sendo posteriormente proferida sentença em 16/12/2009, que julgou parcialmente procedente os pedidos da ação da EMSA para condenar o INCRA ao pagamento de 80% (oitenta por cento) da quantia de CR\$ 159.219.567,87 (cento e cinquenta e nove milhões, duzentos e dezenove mil e quinhentos e sessenta e sete cruzeiros reais e oitenta e sete centavos), que deveriam ser corrigidos monetariamente desde 30/07/1996, bem como acrescidos de juros de mora 0,5% ao mês até a edição do Código Civil de 2002 e após 1% ao mês.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, outras empresas ligadas aos mesmos sócios da empresa, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme AGE de 05 de novembro de 2021 ficou decidido por unanimidade a continuidade da prática de não remunerar os diretores para o mandato eleito para os próximos 3 anos.

b) Controladas

A AMC Construções e Participações e controladora da empresa EMSA Empresa Sul Americana de Montagens S/A.

c) Transações realizadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ACP Participações S.A. (a)	11.114	11.114	11.114	11.114
Annibal Crosara (b)	--	--	1.353	1.053
Total	11.114	11.114	12.467	12.167

a) A Controladora possui créditos de mútuo junto à empresa ACP Participações S.A.

b) A Controlada ACJ Construções e Incorporações S/A, vendeu imóveis para o Acionista do Grupo.

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

16. CRÉDITO FISCAL CONTROLADORA

A Controlada EMSA, no exercício de 2017, aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme Lei 13.496/2017, permitindo pagamento de 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em vinte e quatro prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, de sua Controladora e Controladas e/ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 2018 a diretoria da controlada Emsa optou pela desistência do Programa Especial de Regularização – Pert, estornando o valor junto a Controladora AMC Construções e Participações S/A.

17. INVESTIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
19.1 Investimentos em Controladas	207.275	184.000	--	--
19.3 Investimentos pelo Custo aquisição	--	--	3.981	4.188
19.4 Propriedades para Investimentos	600	600	600	600
	207.875	184.600	4.581	4.788

17.1 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As participações societárias mantidas pela Controladora foram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As principais informações sobre investimentos são:

INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Empresa	Participação		Patrimônio Líquido da Investida (R\$ mil)		Equivalência (R\$ mil)		Valor Contábil Investimento (R\$ mil)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
17.1.1 EMSA	97,77%	97,77%	172.829	134.863	23.275	34.488	191.355	50.553
Total Equivalência	--	--	172.829	134.863	23.275	-	191.355	50.533
17.1.2 EMSA Reflexo	97,77%	97,77%	16.283	18.059	-	-	15.920	133.447
Total Equiv. Reflexa	--	--	16.283	18.059	-	-	15.920	133.47
Total Geral	--	--	189.112	152.923	23.275	34.488	207.27	184.000

17.1.1 – EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

Empresa especializada em construção civil, pontes rodovias, montagens eletrônicas, usinas hidrelétricas, estradas de rodagem, terraplanagem, pavimentação, saneamento básico e irrigação.

17.1.2 – EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A. – EQUIVALÊNCIA

A controlada EMSA – Empresa Sul Americana de Montagens S.A., reconhece o ganho de valorização de suas propriedades para investimentos, reconhecendo o ganho em conta específica dentro do Patrimônio Líquido. Por sua vez, a investidora AMC – Construções e Participações S.A., registrou o acréscimo proporcional em conta específica dentro de seu Patrimônio Líquido, não interferindo na equivalência patrimonial efetivada em virtude dos lucros gerados pela controlada.

17.2. INVESTIMENTO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

Investimentos Avaliados Pelo Custo De Aquisição

Descrição	2023	Amortização	2022
17.3.1 Ag. Goiana Gás	131	-	131
17.3.2 Pontão Lago Sul (a)	8.357	(292)	8.649
Total	8.488	(292)	8.780

a) São investimentos realizados pela controlada EMSA, para a construção do local, onde o prazo do contrato será de 36 anos contados a partir da data da assinatura da escritura (23 de outubro de 1996), prorrogável por igual período, a amortização do investimento está sendo realizada de acordo com o prazo do contrato.

17.3. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS – (R\$ mil)								
QTD.	DESCRIÇÃO	ÁREA TOTA	SETOR	CIDADE	UF	VALOR 2022	VALOR 2021	Nº LAUDO
1	CASA	335 m ²	ALDEIA DO VALE	GOIÂNIA	GO	600	600	---
TOTAIS						600	600	--

A Controlada EMSA, no exercício de 2017, através dos senhores acionistas, aprovaram por unanimidade, a proposta da Diretoria de disponibilizar todos seus imóveis, até então, classificados em “PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO”, para venda e/ou realização de projetos e parcerias, visando ampliar sua atividade operacional e melhorar sua estrutura de capital, para isso, os imóveis foram relocados em “ESTOQUE”, a seu valor de custo, com a baixa do AVJ– Ajuste a Valor Justo.

18. IMOBILIZADO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Edificações e Instalações	3	3	36.758	36.758
Custo Atribuído Edificações e Instalações	-	-	15.280	15.280
Veículos de Transporte	-	-	6.109	6.109
Custo Atribuído Veículos de Transporte	-	-	5.284	5.284
Máquinas e Equipamentos	2	2	1.926	1.926
Custo Atribuído Máquinas e Equipamentos	-	-	19.858	19.858
Ferramentas	8	8	126	126
Móveis e Utensílios	85	85	1.594	1.581
Computadores e Periféricos	42	42	1.065	1.058
Softwares e Aplicativos	1	1	488	488
Licenças de Uso	-	-	161	161
Aparelhos Celulares	-	-	18	18
Outras Imobilizações	25	25	25	25
Imobilizado em Consórcio	-	-	-	8
(-) Depreciação Acumulada	(161)	(157)	(13.485)	(14.543)
(-) Dep. Acum. Custo Atrib. Edific. e Inst.	-	-	(10.230)	(7.537)
(-) Dep. Acum. Custo Atrib. Veic. Transp.	-	-	(5.284)	(5.284)
(-) Dep. Acum. Custo Atrib. Máq. e Equip.	-	-	(19.858)	(19.858)
Total	5	9	39.835	41.459

A Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em conformidade com a Interpretação ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, realizou a adequação de seus imóveis operacionais, veículos de

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

transporte e máquinas e equipamentos ao valor justo, adequando também a vida útil econômica para fins de depreciação.

A Controlada realizou, avaliação de sua Sede Matriz, por meio de laudo 190/18, emitido em novembro de 2018 por empresa especializada, conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Esta análise teve como objetivo revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada do ativo imobilizado para o cálculo da depreciação. Como resultado desta avaliação o grupo de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado sofreu alteração na sua vida útil-econômica estimada de 10% para 7,14% ao ano. A Administração da Companhia considerou que os impactos da mudança não afetaram significativamente o montante do ativo imobilizado.

Em 2018, a Administração, amparada na avaliação de seus especialistas internos, considerou a mesma vida útil-econômica para o exercício.

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da controladora:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/10/2023
Edificações e Instalações	3	--	--	3
Móveis e Utensílios	85	--	--	85
Ferramentas	8	--	--	8
Máquinas e Equipamentos	2	--	--	2
Computares e Periféricos	42	--	--	42
Softwares e Aplicativos	1	-	--	1
Outras Imobilizações	25	--	--	25
(-) Depreciação Acumulada	(157)	--	(4)	(161)
Totais	9	--	(4)	5

17.1 Revisão da vida útil e custo atribuído

A Controlada EMSA realizou a avaliação de sua Sede Matriz, por meio de laudo 190/18, emitido em novembro de 2018 por empresa especializada, conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Esta análise teve como objetivo revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada do ativo imobilizado para o cálculo da depreciação. Como resultado desta avaliação o grupo de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado sofreu alteração na sua vida útil-econômica estimada de 10% para 7,14% ao ano. A Administração da Companhia considerou que os impactos da mudança não afetaram significativamente o montante do ativo imobilizado.

Em 2018, a Administração, amparada na avaliação de seus especialistas internos, considerou a mesma vida útil-econômica para o exercício.

19. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	120	127	18.478	18.684
Fornecedores em Negociação	-	-	(17.499)	(17.499)
Medições a Pagar	-	-	--	14
Total	120	127	979	1.199

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil – Finame (a)	-	-	1.788	-
Banco do Brasil – Empréstimo (b)	-	-	20.647	27.616
Empréstimos e Finan. Em Negociação	-	-	-	(27.616)
Passivo Circulante	-	-	7.250	-
Passivo Não Circulante	-	-	15.185	-
Totais	-	-	22.435	-

a) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Industrial - com o objetivo de promover a renovação de seu Imobilizado Técnico a controlada nos últimos anos vem captando Cédulas de Crédito Industrial com taxa de juros efetiva, dependendo do contrato, de 3% até 8,7% ao ano, que vão ser amortizadas em até 114 parcelas com vencimento da última parcela em setembro de 2022.

b) Banco do Brasil - Empréstimo - e composto por R\$ 8.200 mil de saldo de conta garantida e o restante por empréstimos, com taxa de juros de 0,4% a 1,2% ao mês, com vencimento previsto em fevereiro de 2018. A controlada ACJ Construções e Incorporações S.A., captou Cédula de Crédito Comercial no valor total de R\$ 10.000 mil, que será amortizado em 36 parcelas com taxa de juros de 0,841% ao mês, com prazo de carência de 12 meses, vencendo a primeira em dezembro de 2013 e a última em novembro de 2016.

21. PARCELAMENTOS FISCAIS

a) Parcelamentos Federais/Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISSQN Parcelamento Emsa	-	-	1.754	2.021
IPTU Parcelamento Emsa	-	-	1.192	1.192
ITR Parcelamento Emsa	-	-	83	83
INSS Parcelamento Emsa	-	-	32	32
Parcel. Fiscais em Negociação Emsa (a)	-	-	(1.192)	(1.192)
ACJ – Parcelamentos RFB	-	-	1.065	2.093
Passivo Circulante	-	-	1.417	2.773
Passivo Não Circulante	-	-	1.517	1.457
Totais	-	-	2.934	4.229

A Controlada EMSA formalizou a opção pelo Parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa no âmbito da PGFN, instituído pelo Governo Federal através da Portaria n.º 9.917, de 14 de abril de 2020, o qual se destina a promover a regularização de seu passivo tributário, optando pelo parcelamento de todo seu passivo fiscal no valor de R\$ 98.286.821,19, composto pelos débitos não previdenciários no valor de R\$ 45.053.144,98 e previdenciários no valor R\$ 53.233.676,21. A companhia dispõe de um processo de crédito de precatórios, que serão utilizados em garantia da presente negociação do parcelamento junto à PGFN, onde terá o abatimento de até 50% dos débitos da dívida ativa, mediante penhora determinada pelo Juiz.

A Companhia fez a utilização do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa para abater parte da dívida e posteriormente a quitação com o crédito do INCRA reconhecido pelo órgão competente.

Composição do Prejuízo Fiscal				
Empresa	CNPJ	TOTAL	25,00%	Prejuízo Fiscal Apropriado REFIS/2000
AMC Construções e Participações S/A.	24.809.030/0001-01	49.934.418,23	12.483.604,56	-
Comipe S/A - Comercio, Industria e Participações	02.744.464/0001-38	1.085.066,76	271.266,69	-
Servi Participações S/A.	20.389.723/0001-31	91.453,89	22.863,47	-
Servi Segurança e Vigilância de Instalações Ltda.	01.437.326/0001-43	32.166.232,30	8.041.558,08	-
Servi Operações Técnicas e Serviços Ltda.	06.012.466/0001-93	1.371.114,18	342.778,55	-

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

Companhia de Saneamento das Américas S/A.	04.968.662/0001-00	3.178.651,16	794.662,79	-
Eagle Jet Taxi Aereo Ltda.	32.489.485/0001-15	1.620.022,40	405.005,60	-
TOTAL		89.446.958,92	22.361.739,73	-

Composição da Base de Cálculo Negativa da CSLL				
Empresa	CNPJ	TOTAL	9,00%	Prejuízo Fiscal Apropriado REFIS/2000
AMC Construções e Participações S/A.	24.809.030/0001-01	49.934.418,23	4.494.097,64	0,00
Comipe S/A - Comercio, Industria e Participações	02.744.464/0001-38	2.625.001,18	236.250,11	0,00
Servi Participações S/A.	20.389.723/0001-31	91.453,89	8.230,85	0,00
Servi Segurança e Vigilância de Instalações Ltda.	01.437.326/0001-43	32.166.232,30	2.894.960,91	0,00
Servi Operações Técnicas e Serviços Ltda.	06.012.466/0001-93	1.371.114,18	123.400,28	0,00
Companhia de Saneamento das Américas S/A.	04.968.662/0001-00	3.178.651,16	286.078,60	0,00
EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S/A.	17.393.547/0001-05	1.263.534,89	0,00	113.718,14
Eagle Jet Taxi Aereo Ltda.	32.489.485/0001-15	1.620.022,40	145.802,02	0,00
TOTAL		92.250.428,23	8.188.820,40	113.718,14
TOTAL			30.664.278,27	

SIMULAÇÃO PARA ADESÃO A PORTARIA 8.798/2022 - 2022

Passivo tribut. parcelado pela Portaria nº 9.917/2020 e seguindo a nova Portaria nº 8.798/2022,

Empresa	Descrição	SALDO DEVEDOR	Prej. Fiscal e B.C.N da CSLL	Saldo Após Prej. Fiscal e B.C.N da CSLL	Saldo Devedor Parcelável em 6x	Parcelas
Emsa Empresa Sul Americana de Montagens S/A	DEMAIS DEBITOS	-29.001.219,36	14.366.265,30	-14.634.954,06	-14.634.954,06	-2.439.159,01
	PREVIDENCIÁRIO	-31.520.247,16	16.298.012,97	-15.222.234,19	-15.222.234,19	-2.537.039,03
Sub-total EMSA		-60.521.466,52	30.664.278,27	-29.857.188,25	-29.857.188,25	-4.976.198,04

Declaramos, sob as penas da lei, que os seguintes montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL foram apurados até 31/12/2021, existem, estão regularmente escriturados e declarados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e disponíveis para utilização no Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN, bem como foi providenciada a respectiva baixa na escrituração fiscal, nos termos do inc. II, nos §§ 3º e 5º do art. 3º da Portaria PGFN/ME n. 8.798, de 4 de outubro de 2022.

Igualmente, na hipótese de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL de titularidade do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, o vínculo jurídico foi consolidado até o dia 31/12/2021 e se mantém até a presente data (§4º do art. 3º da Portaria PGFN/ME n. 8.798, de 4 de outubro de 2022).

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Prom. Pontão do Lago Sul	--	--	1.436	3.372
Lenda Turismo Operadora de Viagens	--	--	1.626	4.810
Passivo Circulante	--	--	3.062	6.797
Passivo Não Circulante	--	--	2	1.386
Totais	--	--	3.064	8.182

A Controladora EMSA Possui um Termo de Acordo entre as partes com a empresa Lenda Turismo Operadora de Viagens e Turismo LTDA, onde a Acordante Emsa Emp. Sul Americana de Montagens S.A se compromete a efetivar o pagamento total ao cumprimento da Sentença arbitral de nº 6020440-78.2015.8.13.0024 no próximo

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

exercício.

23. IMPOSTOS DIFERIDOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda (a)	--	--	1.491	380
Contribuição Social (a)	--	--	821	439
Cofins (a)	--	--	2.275	1.338
PIS (a)	--	--	494	220
Imposto de Renda Custo Atribuído (b)	--	--	1.263	1.487
Contribuição Social Custo Atribuído (c)	--	--	454	535
Outros Impostos sob Provisões	--	--	13.994	13.994
Totais	--	--	20.792	18.393

a) A Controlada adota a faculdade fiscal estabelecida pela legislação vigente, que autoriza e admite o diferimento no recolhimento de impostos e contribuições federais, incidentes e decorrentes de contratos de empreitada para execução de obras civis de engenharia mantidos com entidades governamentais e sociedades de economia mista, para quando do efetivo recebimento dos valores faturados pela Companhia junto aqueles órgãos contratantes.

b) A Controlada e as controladas constituíram provisão de IRPJ da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o ganho de capital.

c) A Controlada e as controladas constituíram provisão de CSLL da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 9% (nove por cento) sobre o ganho de capital.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais/ Trabalhistas	-	--	13.696	13.696
	--	--	13.696	13.696

A Controlada EMSA é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

25. PASSIVO EM NEGOCIAÇÃO

Em consequência a retração econômica vivenciada no Brasil, desde de 2015, agravada com a paralisação e redução das obras de infraestrutura no país, a controlada EMSA reestruturou sua estrutura administrativa e operacional, com venda de ativos e postergação de compromissos financeiros, iniciando em 2020 um amplo plano de negociação das suas dívidas com fornecedores, instituições financeiras, obrigações trabalhistas, todos vencimentos superiores a 1 ano.

A Controlada EMSA conduziu seu processo de reestruturação e renegociação do seu endividamento vinculado a estruturação com o mercado mobiliário de capitalização para viabilidade das negociações, porém com o anúncio da "OMS" da emergência na saúde global devido ao novo ("surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, as tratativas foram interrompidas.

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

O impacto total do COVID-19 ainda se encontrava em constante evolução na data deste relatório, dificultando o processo de estruturação do endividamento, sendo que a expectativa atual da empresa é a renegociação do endividamento seja efetivada apenas no próximo exercício fiscal, pois neste momento não identificamos o cenário de recuperação em curto prazo.

A Controlada EMSA iniciou as tratativas para implementação do Negócio Processual Jurídico junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Brasil) para a regularização da sua dívida fiscal, conforme Portaria nº 9.917 de 14/04/2020

Abaixo relação do Passivo em Negociação da Controlada EMSA, a saber:

Descrição Dívidas em Negociação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	-	-	17.499	17.499
Empréstimos e Financiamentos	-	-	--	27.616
Obrigações Tributárias	-	-	1.192	1.192
Total	-	-	18.692	46.308

26. GOING CONCERN

As atividades operacionais e administrativas da foram reestruturadas, pela paralisação total de nossas obras e redução significativa da demanda do Governo Federal. Visando dar continuidade a reestruturação no segundo semestre de 2022, justificando-a pela necessidade e conveniência de reestruturarem suas operações ordinárias, de forma e modo a, assim, alcancarem efetivo aumento de eficiência administrativa e comercial, atrelada à redução concomitante de seus custos fixos operacionais, tudo, por força e em razão considerando a identidade e dos objetivos sociais primários da Companhia.

26. QUADRO ACIONÁRIO E CAPITAL SOCIAL

26.1 – Capital social

O Capital Social é de R\$ 240.121.000,00 (duzentos e quarenta milhões, cento e vinte e um mil reais) e esta representado por 18.425.532 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e duas) ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	CAPITAL SOCIAL (R\$ mil)	%
Annibal Crosara Junior	6.141.844	80.040	33,34%
Maria Elvira Crosara	6.141.844	80.040	33,33%
Maria Inêz Crosara	6.141.844	80.040	33,33%
Totais	18.425.532	240.121	100,00%

26.2 – Reserva Legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei

26.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Descrição	2023 (R\$ mil)	2022 (R\$ mil)
Custo Atribuído – Controlada (a)	3.333	3.926
Reserva de Capital (b)	12.949	12.950
Total	16.283	16.875

a) Custo atribuído de veículos, máquinas e edificações constituída no exercício de 2010.

AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

b) Refere-se a reserva de capital na controlada ACJ Construções e Incorporações S/A.

Os valores acima estão apresentados líquidos dos tributos incidentes sobre o ganho de capital, quando aplicável. As Controladas, no exercício de 2017, através dos senhores acionistas, aprovaram por unanimidade, a proposta da Diretoria de disponibilizar todos seus imóveis, até então, classificados em "PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO", para venda e/ou realização de projetos e parcerias, visando ampliar sua atividade operacional e melhorar sua estrutura de capital, para isso, os imóveis foram relocados em "ESTOQUE", a seu valor de custo, com a baixa do AVJ – Ajuste a Valor Justo.

26.4. Reserva Especial de Lucros

O valor de 115.790.540,93, (Cento e quinze milhões, setecentos e noventa, quinhentos e quarenta e noventa e três reais) refere-se a Ação Judicial em desfavor da União (Incra), Processo nº 0028874-20.1997.4.01 promovida pela controlada EMSA.

A Controlada apura os impostos sobre a receita pelo regime de caixa, diferindo até seu efetivo recebimento, constituindo Reserva de Lucros em conta Patrimonial pelos valores indicado abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reserva de Lucros (Incra)	-	115.791	-	115.791
Totais	-	115.791	-	115.791

27. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Venda/Serviços Prestados	-	-	44.248	65.799
Provisão de Receita	-	-	-	109.574
Atualização Contratual	-	-	-	1.695
Ajuste a Valor Presente	-	-	10164	(2.869)
(-) Dedução sobre a Receita	-	-	(3.754)	(9.275)
Totais	-	-	50.658	164.923

28. CUSTO OPERACIONAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais Operacionais	--	--	(1.800)	(1.623)
Transportes	--	--	(13)	(29)
Subempreiteiros	--	--	(651)	(480)
Locações/Arrendamentos	--	--	(994)	(1.135)
Manutenção de Veículos de Transp.	--	--	(470)	(773)
Mão de Obra	--	--	(3.374)	(3.350)
Gerais	--	--	(5.974)	(8.997)
Custo Consórcios	--	--	(60)	(432)
Apropriação Custo/Estoque	--	--	8.146	2.187
Totais	--	--	(5.190)	(14.631)

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS/COMERCIAIS



AMC - CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E FINDO 2022. (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais de consumo	(1)	-	(46)	(79)
Mão de obra	(61)	(29)	(4.703)	(5.603)
Despesas Gerais	(2.812)	(2.793)	(9.400)	(17.903)
Totais	(2.874)	(2.812)	(14.149)	(23.585)

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros Recebidos	-	-	331	98
Dividendos e Ações	-	-	9	-
Atualização Contratual	-	-	(19)	(29)
Rendimentos Aplicação Financeiras	-	-	13	38
Multas recebidas	-	-	300	166
Aditivos contratuais	-	-	(1.621)	3.277
Descontos Obtidos	-	-	56	40
Juros s/ Ativo	-	67	-	72
Juros contratuais	-	-	414	442
Juros e Mora	-	-	(124)	(195)
Tarifas bancárias	(16)	(20)	(56)	(74)
Descontos Concedidos	-	-	(56)	(40)
Juros sobre Empréstimos Bancários	-	-	(9.477)	(17.368)
Multa por atraso pgto.	-	-	(50)	(41)
Comissão Fiança	-	-	(37)	(825)
Juros sob Parcelamento	-	-	-	(8.075)
Outras Despesas Financeiras	-	-	(57)	(84)
Totais	16	47	(10.375)	(22.599)

31. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em 03 de março de 2016 os acionistas da Companhia aprovaram o “Programa de Integridade do Grupo AMC” visando assim divulgar e difundir junto aos seus empregados, colaboradores e demais prestadores de serviço as políticas e valores deste Grupo Econômico e de seus acionistas, estabelecendo ainda regras de conduta e de atuação na execução de suas funções sociais, sempre pautadas nos princípios da legalidade, ética, eficiência e transparência;

32. SEGUROS

Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Annibal Crosara Junior
Diretor Presidente
CPF: 585.567.451-72

Luis Gustavo Alves Martins
CRC- GO 012.366/O-9
CPF/MF 448.050.631-49